

A TRANSGRESSÃO DAS CRIANÇAS DIANTE DAS PROPOSTAS DOS ADULTOS NA CRECHE

PAULA¹, Elaine de – UFSC – elaine@intergate.com.br

GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07

Agência Financiadora: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis

Este trabalho relata uma pesquisa onde se procurou investigar as ações das crianças nas creches. Tomou como momentos privilegiados aqueles que se configuram, para os adultos, como sendo de ‘transgressão’. O ambiente escolhido foi uma creche da rede municipal, situada em um bairro periférico da cidade de Florianópolis, que atende integralmente crianças de 8 meses a seis anos de idade.

Embora não se tenha a intenção de marcar as ações de “transgressão” das crianças como necessariamente positivas, subentende-se que a ruptura conceitual do termo possa aplacar o pressuposto negativo agregado ao mesmo quando o reduzimos a apenas uma dimensão. Com um esforço de síntese poderíamos enunciar a *questão de pesquisa* da seguinte forma: quais nexos os professores atribuem às reações das crianças quando estas se movimentam no sentido de subverter o que lhes é proposto? E as crianças, como lidam com estas intervenções ?

A motivação para realizar a pesquisa ancora-se na idéia de que conhecer melhor os pontos de conflito nas relações adultos-crianças pode ajudar a organizar práticas educativas que considerem, também, os desejos e as necessidades das crianças e, dessa forma, consigam favorecer uma educação que, na crítica ao excesso de regulação, contribua para um movimento contra-hegemônico, no sentido de um projeto pedagógico *conflitual e emancipatório*, entendendo que o conflito serviria para desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes (SANTOS,1996).

Buscou-se construir, pelo exercício intelectual, “pontes” que permitissem melhor elucidar o universo dos “saberes” das crianças e, quem sabe, novas possibilidades do olhar dos adultos para esse universo, em especial naquelas situações de “resistência”. A tentativa de compreender pedagogicamente as diferentes facetas da questão acima enunciada permitiu levantar as seguintes hipóteses :

¹ . Mestre em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN.. Orientador: Prof. Dr. João Josué da Silva Filho.

- Quando a criança reage negativamente às ações propostas pelo professor esta reação é considerada como uma ‘transgressão’.
- As regras estabelecidas pela instituição educativa, servem como um meio de garantir previsibilidade e padronização de comportamentos, tal procedimento em um sem número de vezes confronta os desígnios da instituição e os desejos das crianças por não considerá-las competentes para “dizer” como gostariam que fosse e, desta forma, participar do processo de organização do trabalho realizado pela instituição.
- As crianças não simplesmente “obedecem” às determinações dos adultos, elas muitas vezes criam estratégias para realizar seu desejo a despeito das proibições implícitas ou explícitas.

A crítica colocada neste trabalho se dirige a determinados modelos desenvolvidos ao longo do Projeto Cultural da Modernidade, no qual o processo de aculturação foi se constituindo cada vez mais como responsabilidade de instituições especificamente voltadas para este fim. Modelos que entendem o processo de socialização quase que exclusivamente de cima para baixo e tendo como objeto de ação uma criança idealizada, para o que foram desenvolvidas rotinas consideradas apropriadas ao melhor desempenho das instituições nessa tarefa de formar as gerações mais jovens. Essa transição de responsabilidades, do âmbito particular da família para o âmbito público da instituição educativa, representou um processo de especialização no interior das práticas educativas, um processo de profissionalização que agregou à finalidade (formação), um planejamento, uma organização de meios e de métodos para atingir os objetivos esperados, contudo, muitas das vezes sem considerar que o processo de socialização é um processo de mão dupla.

Diante das diversas propostas que têm se apresentado como norteadoras da prática de cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos em espaços coletivos, nesta pesquisa toma-se como referência especial as reflexões que têm sido trabalhadas no sentido da consolidação de uma Pedagogia da Infância que tenta demarcar as especificidades do trabalho com as crianças pequenas, considerando-as como atores sociais. Neste particular, compreende-se que a importância de buscar conhecer o que as crianças

sentem, pensam e desejam advém de uma perspectiva teórica que as considera como sujeitos sociais de direito pleno, competentes para dizer de si mesmos. Perspectiva que considera a ação humana e a alteridade como fatores fundamentais para a construção de relações autônomas que respeitem as diferenças sem deixar de combater as desigualdades sociais.

Na direção de tal perspectiva não se vê sentido na organização de um ambiente educativo de vocação democrática que não considere os interesses, desejos, direitos e necessidades das crianças, tanto quanto considera os dos adultos. Assim, considera-se não serem as crianças apenas *objeto* da ação educativa, admite-se que a ação delas também conforma o processo social, ou seja, que devemos deslocar a perspectiva de apenas fazer uma educação *para* as crianças e passar a orientarmo-nos a uma educação feita, *também, com* as crianças. Devemos resgatá-las das visões redutoras e que as confinam nas instâncias institucionais como a família e a escola, sem levar em conta o que elas, as crianças, percebem sobre este mundo e as relações aqui estabelecidas. Significa também que é preciso ampliar o esforço de *tradutibilidade* entre estes dois modos de ver o mundo – o adulto e o infantil – separados, no mínimo, por uma diferença geracional, mas não livres de estarem marcados por diversas outras diferenças e desigualdades tais como, classe social, gênero, etnia, crenças religiosas, etc.

Dado que a natureza do conhecimento que se pretendeu construir nesta pesquisa preconizava uma grande aproximação com os sujeitos envolvidos, no processo de investigação optou-se pela observação participante e os estudos de inspiração etnográfica que se realizaram com um grupo de 20 crianças (8 meninas e 12 meninos) com idades entre três e quatro anos, conduzidos por uma professora e duas auxiliares de sala.

Diferentes estratégias de pesquisa sustentaram o processo investigativo, entre elas, o registro escrito, o fonográfico e o fotográfico, este último envolveu tanto a investigadora como as crianças e cumpriu o objetivo de qualificar as possibilidades de análise, bem como das observações tomadas no ambiente da investigação. Além desse aspecto mais relacionado ao processo de observação, outros procedimentos foram utilizados, como a entrevista com vários profissionais da instituição, as professoras das crianças e alguns pais com o mesmo objetivo de ampliar a compreensão das relações estabelecidas entre

as crianças e os adultos e especialmente com a intenção de trazer para a análise os pontos de vista dos adultos e confrontá-los com as manifestações das crianças.

Escolheu-se utilizar nomes fictícios para todos os adultos envolvidos na pesquisa. Para as crianças também foram atribuídos nomes fictícios, mas por um processo de escolha realizado pelas próprias crianças.

As manifestações das crianças foram capturadas ora através da expressão oral registrada por escrito ou gravada em som, ora através da expressão gráfica, registrada nos desenhos que as crianças produziram para expressar algumas situações, ou ainda por meio de brincadeiras de faz de conta, bem como através da expressão do corpo, trejeitos e/ou caretas capturadas nos registros fotográficos. Além de compor a narrativa em torno daqueles momentos marcados por um tom de “transgressão” daquilo que estivesse (explícita ou implicitamente) estabelecido, privilegiou-se também a expressão das crianças para falar das relações estabelecidas entre elas próprias e entre elas e os adultos no interior da creche. Pareceu que este caminho, por destacar pontos de conflito na relação entre os adultos e as crianças trazia consigo um potencial revelador de tais relações. Esse potencial revela-se particularmente importante nos casos em que se têm, como acontece neste trabalho, a intenção precípua de contribuir para afirmação de um projeto político-pedagógico centrado no deslocamento da regulação para a emancipação. Essa diretriz ajuda a compreender porque, se propôs analisar o cotidiano da creche, a partir da manifestação das crianças, pois, segundo entende-se aqui, elas representam, nas relações com os adultos, o pólo de menor ingerência nas decisões, bem como o discurso menos ouvido. Seus desejos e necessidades pouco têm sido levados em conta na organização das práticas educativas que são muito mais produzidas *para* elas do que com o espírito de envolvê-las no próprio processo de produção das atividades.

Além dos aspetos supra mencionados, buscou-se articular o maior entendimento das tensões originadas pelas diferentes características que compunham o grupo (gênero, geração, valores, cultura, classe social, etnia, crenças, etc.) com os campos de estudos que pudessem contribuir para a análise. Na composição de tal base teórica foram particularmente significativas as contribuições oriundas da Sociologia da Infância e da Antropologia, embora a compreensão de certos aspectos da investigação tenha exigido ampliar os recursos teóricos, recorrendo também à Sociologia Geral e à História.

Ao final, a investigação reafirmou que as relações entre os adultos e as crianças ainda são hierárquicas e marcadas por imposições dos adultos sem ponderar os desejos e necessidades do mundo infantil. Já as relações entre as crianças revelaram um certo grau de cumplicidade, principalmente na formulação de estratégias pelas quais buscavam “burlar” regras a elas impostas.

A interlocução com as crianças, contudo levou a perceber o quanto elas são capazes de “ler” e interpretar a estrutura social em que estão imersas, impondo a superação do preconceito de que as crianças entendem apenas pequenos e insignificantes aspectos da realidade.

A análise dos resultados aponta possibilidades pedagógicas interessantes para aqueles que apostam no reforço das energias emancipatórias e no desmonte do excesso de regulação que se evidencia no modelo de educação institucional predominante na contemporaneidade.

Referências:

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

ROCHA, Eloísa A.C. *A pesquisa em educação infantil. Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil*. Florianópolis; UFSC, CED, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Para uma Pedagogia do Conflito*. In: *Novos Mapas Culturais . Novas Perspectivas Educacionais*. SILVA, Luiz Heron da (et al). Porto Alegre: Sulina, 1996.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e Alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância*. In: *texto a partir do 5º Congresso Português de Sociologia*. Braga, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel *As crianças e as infâncias: definindo conceitos, delimitando o campo*. Portugal, 1997.